
PRODUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NA AGRICULTURA FAMILIAR DOS GERAIS SANFRANCISCANOS, SEMIÁRIDO DE MINAS GERAIS

The production and resource conservation in family farming in Sanfranciscan Gerais, semiarid region of Minas Gerais

Eduardo Magalhães Ribeiro

Economista, professor associado do ICA/UFMG, pesquisador CNPq, do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar.* Universitária nº. 1.000, CEP: 39.404-547, Montes Claros, MG. E-mail: eduardomr@pq.cnpq.br

Flávia Maria Galizoni

Antropóloga, professora adjunta do ICA/UFMG, do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar.* flaviagalizoni@yahoo.com.br

Camila da Silva Freitas

Administradora, Mestre, do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar*. camilafreitas8@gmail.com

Rafael Eduardo Chiodi

Engenheiro florestal, Mestre, do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar*. rafaelchiodi@yahoo.com.br

Eduardo Barbosa Ayres

Engenheiro agrônomo, Mestre do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar*. eduardoturmalina@yahoo.com.br

Resumo: Os gerais da porção mineira do rio São Francisco são vastos chapadões arenosos de vegetação baixa e tortuosa, cortados por veredas e brejos onde a população rural se concentrou. Esta população agricultora criou um regime agrário de espacialidade fluida, de reduzida dependência das chuvas, que combinou o uso de mata seca, gerais e brejos para fazer agricultura e criação. A modernização agrária dos anos 1970 estimulou a tomada dos chapadões por agropecuárias e reflorestadoras; a expansão das áreas protegidas a partir dos anos 1990 criou novas restrições ao uso costumeiro dos recursos naturais feito pelos agricultores. Acossados nas veredas pelas empresas rurais e proibidos de explorá-las pelas agências ambientais, os agricultores foram forçados a construir novos sistemas produtivos e identidades; então, reformularam os regimes de domínio e exploração da terra para manter a lógica camponesa de reprodução. Baseado em pesquisas e atividades de extensão realizadas com populações rurais do Alto/Médio São Francisco, Semiárido Norte de Minas Gerais, este artigo analisa essas trajetórias, revelando como o processo ao mesmo tempo questiona e constantemente reconstrói as bases do regime agrário tradicional. O artigo conclui que a privatização dos chapadões permanece comprometendo seriamente as bases de sustentação dos sistemas camponeses de exploração dos recursos e que as alternativas experimentadas até o presente – mudança em sistemas de criação, cultivos sustentáveis e agroextrativismo – foram insuficientes para recompor as condições de reprodução da população rural.

Palavras-chave: agricultura familiar, Semiárido, rio São Francisco.

Abstract: the general of the Minas Gerais portion of the São Francisco river are vast plains sandy low vegetation and winding, cut by veredas and swamps where rural population is concentrated. This farmer population has an agrarian scheme of fluid spatiality, reduced dependence on rainfall, which combined the use of dry forest, gerais and wetlands to farming. The agrarian modernization in the 1970s stimulated the uptake of plateaus by agricultural and reforestation; the expansion of the protected areas from the 1990s created new restrictions on the customary use of natural resources by farmers. Harassed in the veredas by rural companies and prohibited to exploit them by environmental agencies, farmers were forced to build new production systems and identities; then reformulated schemes of domination and exploitation of the land to keep the peasant logic of reproduction. Based on research and extension activities with rural population of the Upper / Middle, semiarid northern Minas Gerais, this article examines these trajectories, revealing how the process at the same time asks and constantly rebuilds the foundations of the traditional agrarian system. This paper concludes that the privatization of plateaus remains severely affecting the basic underpinnings of peasant farming systems of resources use and the alternatives tested until the present - change in farming systems, sustainable crops and agroextractivism - were insufficient to restore the conditions of reproduction the rural population.

Keywords: family farming, semiarid, São Francisco River.

1 Introdução

Na margem esquerda do Alto-Médio rio São Francisco, como em quase todo o Norte de Minas Gerais e sertão da Bahia, são denominadas como *gerais* aquelas áreas de solos secos, arenosos e de baixa fertilidade cobertas por árvores baixas, que perdem as folhas na estação seca. As partes mais elevadas da topografia dos gerais mineiros são denominadas como *chapadas* e se diferenciam dos terrenos mais baixos, onde ficam as *veredas* e os *brejos*. Nas veredas crescem a palmeira buriti e a pindaíba, que se destacam pela altura e indicam a presença da água na aridez dos gerais. As margens dos grandes rios dos gerais sanfranciscanos - com exceção de alguns deles, como os rios Uruçuaia e Carinhanha - são cercadas por solos calcários, argilosos e férteis, cobertas pela imponente floresta conhecida como *mata seca*, *catíng*a ou simplesmente *mata*. Em torno dos rios, e principalmente dos brejos e veredas, os agricultores se assentaram para plantar na terra fértil, ou como dizem: para *botar brejo*, e criar animais nas chapadas e baixadas mais frescas (RIBEIRO, 2010; MEDEIROS, 2011).

Desde o tempo da Colônia os gerais mineiros tiveram importância para o abastecimento interno, por conta do comércio ativo que estabeleceram com Pernambuco e Bahia pelo rio São Francisco e pela capacidade de fornecer alimentos para a região mineradora do centro de Minas Gerais. A capacidade de se abastecer e as trocas econômicas e simbólicas feitas por meio do rio permitiram que os gerais se afirmassem como região autárquica, independente do governo mineiro, apartado dos mandos centrais, manifestando sua autonomia em movimentos e motins que, entre os séculos XVIII e XX, fizeram a fama da violência da região, celebrizada pelos desmandos políticos e façanhas de jagunços como Antônio Dó, Andalécio e Rotílio Manduca.

Nos gerais, em particular nos gerais da margem esquerda do rio, até a década de 1980 o acesso à terra era livre. Foi uma das últimas, certamente a última fronteira agrícola do Sudeste brasileiro, e para lá se dirigiram milhares de agricultores familiares que fizeram um deslocamento migratório com o sentido geral de leste para oeste, sempre em busca de áreas desocupadas. A concentração da terra em grandes fazendas foi limitada na região pela dinâmica peculiar dos sistemas de produção agrícola: agricultura e pecuária eram marcadas pelas mudanças sazonais dos locais de produção, numa fluidez temporal que se adequava ao convívio com a aridez da estação seca, com a pobreza dos solos e com a fertilidade dos brejos, veredas e

vazantes. Os agricultores dos gerais se ocupavam parte do ano com criação de gado nos campos das chapadas e, na estação seca, plantavam nos brejos e veredas; outros plantavam nas vazantes de rios nas secas; outros, no tempo das chuvas, plantavam nas áreas de mata seca. Por isso, o domínio sobre a terra e os recursos naturais era transitório e sazonal, uma vez que a produção se deslocava pelo espaço de acordo com as mudanças das estações. Foi assim que surgiu um regime agrário muito específico, baseado na agricultura familiar, e que por suas características peculiares limitou a expansão da grande propriedade rural característica do Baixo São Francisco. A lógica fluida de uso dos espaços produtivos permitia que o agricultor generalista tivesse acesso a áreas de ocupação em comum nas veredas e brejos; o sistema extensivo de pecuária - a criação *na solta* como ainda se diz - abria oportunidade para o agricultor se tornar pequeno criador de gado; as cheias do rio São Francisco fertilizavam as *vazantes* e garantiam, junto com a pesca, o sustento abundante e independente do *barranqueiro* no tempo das secas. A fronteira agrícola aberta a norte e oeste garantiu por muitas décadas o acesso livre dos agricultores para a solta de gado nos campos e plantio nos brejos (Galizoni, 2005; Ribeiro, 2010).

A produção móvel, determinada mais pelo usufruto sazonal dos recursos que pelo domínio estável da terra, permitiu que surgisse na região uma sociedade de camponeses livres que predominou até meados do século XX, ainda existe no século XXI, e que, ao longo da história, manteve com os chefes políticos da região relações marcadas pela ambigüidade, por gradientes variados de autonomia e subordinação. Essa sociedade camponesa realizou a expansão da fronteira agrícola, forneceu os quadros que viriam a ser recrutados pelo jagunçismo, conservou a região num autarcismo duradouro e sustentou por quase um século a rota de comércio de produtos primários pelo rio São Francisco.

Descrito na literatura de viajantes e pesquisadores como lugar de grande potencial produtivo, desde meados do século XIX era previsto para os gerais um futuro brilhante, que seria proporcionado pela extraordinária riqueza dos recursos naturais. Os estudos de Carlos Lacerda, Lucas Lopes e Vicente Licínio Cardoso, entre outros, apontavam o caminho: bastaria alocar capitais, e os gerais sanfranciscanos se tornariam a redenção do Brasil interior. E foi, realmente, por aí que a partir dos anos 1970 o regime agrário da região começou a se transformar. Para os gerais, situados na transição dos biomas Cerrado e Caatinga, convergiram dois movimentos de tomada das terras: de um lado os incentivos fiscais da Sudene para investimento

no Semiárido; de outro os estímulos para exploração intensiva das terras de cerrado. Combinados, os dois movimentos estimularam a *modernização* agrícola, e assim os gerais entraram na rota de expansão do capital agrícola. Os interesses fundiários associados às políticas públicas, aos negócios de insumos e às agências de créditos conduziram para a região grande número de especuladores e empresas que queriam terra para implantar projetos agropecuários. As chapadas comuns foram privatizadas para se tornarem eucaliptais, brejos e veredas foram drenados para receber cultivo irrigado, matas secas foram derrubadas para dar lugar a pastagens, matas de gerais foram cozinhadas para abastecer os fornos de siderúrgicas da região metalúrgica mineira. Mas esse movimento não durou duas décadas. Chapadas e veredas de gerais não suportaram por muito tempo o manejo intensivo; estas secaram, naquelas morreram eucaliptais e pastagens. Além disso, no começo da década de 1990 a crise fiscal secou também a capacidade de financiamento da Sudene, tirando o ânimo financeiro para a expansão de fazendas e empresas (NABUCO; BORGES, 1988; RIBEIRO; GALIZONI, 2008; RIBEIRO, 2010).

Foi então que, empurrados pelas firmas para dentro das veredas e contando já com um conjunto reduzido de recursos naturais, os agricultores familiares dos gerais passaram a enfrentar outra ameaça: as agências ambientais estaduais e federais. Essas agências começaram a criar áreas de conservação que compreendiam terrenos de firmas, veredas e as poucas chapadas que restaram em comum para solta de gado e coleta de frutos. O espaço produtivo, que já fora cerceado pela tomada de terras ocorrida depois dos anos 1970, foi re-cerceado pelo mosaico de conservação formado por parques nacionais e estaduais, pelas restrições ao uso tradicional de recursos e pela intensificação da fiscalização ambiental. Essas áreas de conservação começaram a ser instituídas na década de 1980 e ao longo das três décadas seguintes cresceram em número e tamanho, alcançando perto de 1,2 milhões de hectares de gerais nos começos do século XXI, depois que empresas instaladas nos gerais abandonaram grandes áreas exploradas com irrigação e pecuária e na época que ressurgiu a proposta de transposição do rio São Francisco, pois nos gerais ficam as principais nascentes que alimentam alguns dos tributários do São Francisco: os rios Uruçuia, Pardo, Pandeiros e Carinhonha (FUNATURA, 2008; MEDEIROS, 2011).

Assim, desde os anos 1990 se manifestou uma dupla pressão sobre os sistemas produtivos dos agricultores familiares generalistas: de um lado as

empresas remanescentes, ativas ou desativadas, que permaneceram controlando grandes áreas de antigas chapadas comuns; de outro, as unidades de conservação que se expandiram. Então, com áreas cada vez mais reduzidas e usos cada vez mais controlados, os sistemas de produção costumeiros tiveram que passar por grandes redefinições.

É este cenário que o artigo analisa. Investiga a situação de agricultores familiares das margens do rio dos Cochos, afluente do rio São Francisco que da nascente nas chapadas de gerais até a foz na mata seca atravessa diferentes agroambientes e condições diversas de uso de recursos naturais. Em decorrência de um desmate para plantio de eucalipto, morreram duas das três nascentes do rio. Pressionados pelas circunstâncias, esses agricultores generalistas experimentaram alternativas variadas ao longo das duas últimas décadas de mudanças, e a compreensão da sua trajetória permite traçar um painel amplo e rico das possibilidades e, principalmente, dos limites para produzir conservando recursos. O estudo analisa algumas das limitações das alternativas possíveis e experimentadas por esses agricultores, e reflete sobre as possibilidades efetivas de reconversão de criadores e plantadores do semiárido para o agroextrativismo, deixando uma interrogação sobre a possibilidade de mudar quando a própria lógica da produção conservacionista reconstrói constantemente as bases do regime agrário tradicional.

2 Objetivo e método

O objetivo deste artigo é analisar os sistemas agrários e as condições de reconversão produtiva de agricultores familiares dos gerais do rio dos Cochos no semiárido norte de Minas Gerais. O estudo procura compreender a organização tradicional da produção, os esforços despendidos e as alternativas para reorganizar a produção agrícola num quadro de limites definidos de oferta de recursos, de normatização conservacionista para o uso de veredas e chapadas por parte das agências de conservação, e da pressão exercida por organizações de mediação por mudanças na pauta produtiva e nos mercados costumeiros. É caso específico, evidentemente. Mas um caso em que o conjunto de suas circunstâncias que o envolvem são gerais e podem ser resumidas em algumas palavras-chave que pontuam as questões da maioria da população rural do Semiárido brasileiro: agricultura familiar, reconversão produtiva, conservação de recursos, nichos de mercados, desenvolvimento territorial, política pública. Assim, este caso se torna emblemático e, pelas condições que serão expostas mais à frente, pioneiro.

O rio dos Cochos - o *riacho*, ou *os-Cóchos*, como dizem os moradores do lugar - é intermitente e fica na Microrregião Homogênea de Januária, MRH 32072 segundo o IBGE, drenando parte dos municípios de Januária, Cônego Marinho e, periféricamente, Bonito de Minas. Estes municípios formam uma zona de características ambientais, fundiárias, hídricas e sociais relativamente homogêneas, alternando grandes áreas de gerais com fragmentos de matas secas que ficam sempre próximos aos maiores cursos de água. Os municípios são marcados pelo complexo latifúndio/minifúndio, muito embora a grande propriedade esteja mais associada aos terrenos das empresas que foram transplantadas para a região pelos incentivos da Sudene na década de 1970. São poucas as grandes propriedades efetivamente originadas da sociedade do lugar, e na área deste estudo predominam as pequenas unidades familiares de produção, reunidas em comunidades rurais que emendam nas chapadas suas áreas de terras em comum.¹

Mas o rio dos Cochos tem um motivo adicional para distinção. Quando, no começo dos anos 1990, por conta da exploração intensiva feita por uma firma nas suas cabeceiras, as águas do rio começaram a secar e deixaram de sustentar a agricultura inundada - a *regração*, como dizem - que era feita em suas várzeas, os agricultores do lugar começaram a construir uma organização própria, que se transformou em associação nos anos 2000 e passou a estimular iniciativas que combinam produção e conservação de recursos. Foi assim que amadureceu a experiência desses agricultores, um esforço para conservar as águas do seu rio e, ao mesmo tempo, manter ativa a produção agrícola. É uma das poucas iniciativas locais, auto-geridas e participativas de conservação de recursos naturais na bacia do rio São Francisco.

Para compreender essa situação e suas consequências, o estudo que deu base a este artigo foi feito em várias fases no período que vai de 2007 a 2013.

Na primeira fase foram entrevistadas organizações de agricultores e agências de mediação que atuam com eles: organizações de igreja, extensão rural e representação de agricultores familiares. Essas organizações, pela sua própria natureza, constroem, estimulam e apoiam buscas de alternativas produtivas e conservacionistas, e suas

narrativas promovem o encontro entre a história agrária, as políticas públicas e as contradições das organizações da sociedade civil.

Numa segunda fase foram feitas entrevistas com a população do lugar, partindo de uma amostra de 15% das famílias rurais das 6 comunidades que ficam às margens do rio dos Cochos, totalizando 50 famílias, distribuídas proporcionalmente ao adensamento da população. Esta amostra foi escolhida em reuniões com a associação e os mediadores, combinando na escolha os critérios de acesso à água, tamanho da terra disponível, sistema de cultivo, dedicação à criação de animais e participação em atividades comunitárias.²

Essa fase combinou métodos de levantamento quantitativo e qualitativo. No levantamento quantitativo inicial foi usado um questionário fechado buscando informações sobre tamanho e composição do núcleo domiciliar, área produtiva, diversidade e quantidade da produção, canais e destinos da produção comercializada, agroextrativismo e programas públicos.

Concluída esta etapa, tabulados os roteiros que forneceram um painel do conjunto da população e das singularidades de cada comunidade, começou a investigação qualitativa com estas mesmas famílias, desta vez usando duas técnicas. Primeiro, a entrevista com a família, orientada por roteiro, com o propósito de captar aspectos específicos dos sistemas de produção, das normas de gestão de recursos naturais, dos níveis de consumo de água e dos processos de beneficiamento e comercialização da produção. Segundo, fazendo entrevistas focalizadas com grupos maiores de pessoas de uma mesma comunidade, as entrevistas coletivas, que aconteciam em reuniões comunitárias onde eram usadas dinâmicas de trabalho em grupo e propostos alguns temas para debate: história da ocupação da terra, técnicas agrícolas, acesso à água e aos recursos comuns, consumo e restrições ao consumo de alimentos. Além disso, foram feitas caminhadas orientadas no espaço rural, desenhos de mapas dos territórios comunitários e visitas aos locais de produção, beneficiamento e comercialização. Essas técnicas visaram perceber organização e dinâmica do trabalho e da produção familiar; a presença, importância, sistemática e destinos dos recursos extraídos do meio; as técnicas, recursos e destino dos produtos da indús-

1 Consultar sobre a história da região, Sampaio (2002), Saint-Hilaire (1975), Spix e Martius (1981), Burton (1980); sobre a transformação dos regimes agrários ver Nabuco e Lemos (1988), Luz e Dayrell (2000), Coelho (2005), Galizoni (2005), Ribeiro e Galizoni (2008) e Ribeiro (2010).

2 Sobre técnicas de pesquisa, consultar Laville e Dionne (1999); sobre comunidade rural, consultar Galizoni (2007); sobre família, comunidade e trabalho rural, ver Wolf (1972) e Chayanov (1978). Sobre o rural da região, consultar Galizoni (2005).

tria doméstica rural; os usos e manejos das áreas comuns.³

Na terceira fase da pesquisa, para aprofundar os conhecimentos sobre história, processos migratórios, produção e recursos naturais, foi consultado um grupo específico de moradores das comunidades rurais. Nelas vivem pessoas que têm um conhecimento consistente de temas relacionados à história, aos recursos naturais e aos processos materiais e cotidianos – produção agrícola, saúde humana e animal, preparo de alimentos, coleta de recursos, manejo de pastagens, por exemplo, que a literatura antropológica denomina como *especialistas*. Na pesquisa inicial com a população rural, a fase dois descrita acima, foi pedida a indicação dos especialistas do lugar, pessoas que dispusessem de conhecimento sólido e reconhecido, com um “*repertório próprio de conhecimentos, cuja aparente rusticidade apenas esconde segredos e saberes de uma grande complexidade*” (BRANDÃO, 1986, p. 16). Foram entrevistados 24 especialistas em recursos da natureza para a saúde, recursos vegetais e história produtiva das comunidades.⁴

Numa quarta e última fase foram analisados os sistemas de beneficiamento de produtos e os canais de comercialização. Na primeira fase da pesquisa as famílias indicaram os produtos que beneficiavam, coletavam ou extraíam e os mercados onde, eventual ou sistematicamente, eram comercializados. Com base nessas indicações, foi feito um levantamento dos processos produtivos e de comercialização, investigando os circuitos de negócios que envolviam mercados locais, intermediários, associativismo e programas institucionais. Nesta fase foram entrevistados agricultores(as) que lidavam com determinados produtos, especialistas em processamento e beneficiamento, agentes de desenvolvimento rural que atuam em mercados solidários, institucionais e associativos, atacadistas, pequenos e grandes intermediários. Este conjunto de canais, produtos e atividades ofereceu o quadro das possibilidades de negócios que estão postas para estes geralistas.

Por fim, a partir de entrevistas com lideranças de associações e agências de desenvolvimento, foram identificados os diversos projetos, apoios, parcerias e programas conduzidos para a área-progra-

ma do rio dos Cochos. Aqui, se procurava identificar atividades que são, ou serão, comuns a todas as comunidades de agricultores familiares que experimentam conservar recursos e essas entrevistas forneceram uma espécie de cardápio de iniciativas que, em menor escala, se repete com frequência. Para cada iniciativa se procurou estabelecer o custo, o consumo de trabalho e os resultados, pelo menos os resultados mais palpáveis, de maneira a esboçar os termos dos percursos que deverão ser cumpridos por iniciativas de produção conservacionista da agricultura familiar do semiárido.

É necessário, concluindo, acrescentar que este estudo foi possível, sobretudo, pela relação parceira estabelecida com as organizações da região. A Cáritas Diocesana de Januária e a Associação de Usuários da Sub-bacia do Rio dos Cochos, Assusbac, definiram em conjunto com os pesquisadores as prioridades de pesquisa, articularam as campanhas de campo, forneceram a infraestrutura necessária para as atividades de pesquisa, usaram seu conhecimento do lugar para abrir as portas das casas para os pesquisadores, orientaram as equipes em campo e debateram os resultados que, evidentemente, passaram a fazer parte de seu próprio acervo de informações. E como a pesquisa foi permanentemente negociada com as organizações parceiras, seus resultados foram transformados em produtos, que foram devolvidos à população pesquisada sob a forma de cursos de capacitação, cartilhas, livro, eventos de sensibilização, cursos de formação e dados de pesquisa sistematizados que servem para orientar prioridades e subsidiar projetos. Essas organizações também mediaram o diálogo dos pesquisadores com outras agências que atuam na região, como a Emater/MG, o Instituto Estadual de Florestas e as agências municipais.

O texto a seguir está dividido em 3 partes. Na primeira, descreve as características da população rural analisada; em seguida analisa as alternativas experimentadas pelos agricultores familiares para produzir conservando e situa essas alternativas no quadro mais amplo das experiências camponesas de entradas em mercados; na terceira, a conclusão, procura debater em que medida os resultados deste estudo podem ser expandidos para o semiárido brasileiro.

3 Rio dos Cochos

Na região do rio dos Cochos - como nas demais áreas habitadas do meio rural do Alto-Médio São Francisco - o povoamento acompanha as águas. Conforme explicou um senhor que mora no lugar há muitos anos: “-*Onde tem água tem gente, e lugar sem água nunca teve dono*”. Como só haverá

3 Sobre as técnicas empregadas no Diagnóstico Rápido Participativo, ver Gomes e outros (2000).

4 Este conceito é tomado de empréstimo a Brandão (1986), que o descreve assim: O especialista exerce na comunidade um trabalho profissional e uma relação de docência, reconhecida como fazendo parte de um domínio comum de trabalho (BRANDÃO, 1986, p. 21-22; POSEY, 1987).

moradores onde existir água, tanto os altos campos dos gerais quanto as baixadas de mata seca são grandes espaços usados em comum e despovoados, conhecidos na região como *travessão* – uma *travessia* grande, uma estrada comprida sem morador por perto – já que não é possível viver e produzir sem brejos, água corrente, cisternas, poços tubulares ou artesianos.

É por isso que o povoamento segue o serpenteio dos rios, ribeirões e veredas, e se adensa nos brejos, onde as áreas úmidas são maiores, mais férteis e mais seguras para a produção. Nas terras que ficam longe das águas – a maioria das terras, que são chapadas ou matas secas – as moradias são muito raras, e casas só aparecem em grande quantidade perto de algum curso de água, e se alternam então pequenas áreas de povoamento muito adensadas com largos trechos despovoados.

O *sítio* familiar, porém, é apenas um fragmento da distribuição da terra. No município de Januária e no seu entorno imediato as maiores unidades de referência fundiária são as *fazendas gerais* – grandes e antigas unidades de domínio de terra que incluem e compreendem os estabelecimentos atuais, mesmo depois de décadas de partilhas, fusões e desmembramentos. Assim, a fazenda geral é uma referência espacial para fins de domínio e unidade administrativa para localização de documentos em cartório; mas é, também, um espaço principalmente para delimitar lugares de soltas nos gerais, e os agricultores familiares e fazendeiros – porque dentro da fazenda geral os dois estilos de domínio convivem em igualdade de direitos – incluídos naquela fazenda geral têm o direito costumeiro de compartilhar uma certa área de solta e coleta.

A disposição espacial dos *sítios* familiares, começando nas aguadas e acabando no indiviso das soltas comuns de cada fazenda geral, ou, na maior parte das vezes, nas grandes glebas de firmas que há anos estão ausentes, permite que as unidades de produção aproveitem a diversidade de recursos naturais. As aguadas abastecem famílias de água e alimentos – os terrenos úmidos de *cultura* e *meia-cultura* que ficam entre o chão pantanoso das veredas e o solo arenoso das chapadas são plantados com lavouras de sequeiro, mandioca e raras vezes cana-de-açúcar. A chapada é o lugar dos pastos *soltos* e das coletas de frutos, lenha e plantas medicinais.

Esta descrição da disposição de usos de recursos no *sítio* é, no entanto, apenas ideal. E por dois motivos.

Primeiro, porque os recursos naturais estarão dispostos no espaço de forma diversa, de acordo com a característica predominante do lugar – mata, vereda/gerais, brejo, ou transição entre essas três formações. Em cada agroambiente serão diferentes a distribuição, os fluxos e os estoques de recursos. Mesmo entre dois *sítios* vizinhos essa distribuição pode ser desigual, determinada por maiores ou menores áreas de aguadas, mais ou menos capões de mata no meio dos gerais ou áreas mais extensas de brejos. Assim, cada família terá possibilidades também diferentes para organizar seu sistema de produção, e embora grosso modo seja possível afirmar que em cada comunidade um sistema produtivo é ou tende a ser hegemônico, o vínculo muito forte da produção costumeira com os recursos naturais vai implicar diferenças sutis de possibilidades, que surgem, por exemplo, do acesso a um *lotezinho* de cultura úmida, a um pequeno trecho de *gerais misto* onde se assenta mandiocal, ou a desnível que torna possível *tirar* água – como se diz: uma água-tirada para irrigação.

E o segundo motivo para considerar esta disposição como apenas ideal é que o fluxo do rio dos Cochos se interrompeu, ficou difícil e proibido usar águas de vereda e porque quase todas as chapadas foram privatizadas.

Além disso, há o fator demográfico. As unidades familiares de produção nessas comunidades passaram por fragmentação acentuada, e isso estimulou uso mais intenso dos recursos naturais, que se tornaram relativamente mais escassos à medida que a terra foi partilhada e privatizada. E, assim, ao longo dos cursos de água, o povoamento é denso e quase sempre ininterrupto, formado por *sítios* de *frente* muito estreita e muito extensos na diagonal das águas, *sítios* que, como dizem os agricultores, *bebem* nas águas e têm os *fundos* nas chapadas. As partilhas de terras explicam em parte o formato alongado dos *sítios*: no sistema costumeiro de herança, mais que terra se partilha a diversidade de recursos. E para que os recursos sejam distribuídos de forma igual entre os herdeiros é necessário que a divisão do terreno na partilha seja idêntica, desde a margem da água e das terras de cultura até os campos e capões das partes altas e menos férteis da paisagem. Por isso os terrenos têm frentes estreitas, de 30 ou 50 metros, e cobrem distâncias extensas nos fundos, que às vezes alcançam dois ou mais quilômetros na diagonal das águas.

Nas comunidades rurais dos gerais do rio dos Cochos a maioria das famílias é do próprio lugar, do município ou das proximidades, e vivem ali há mais de 20 anos. Os imigrantes quase sempre são agri-

cultores saídos dos *Gerais de São Felipe*, área mais a leste na margem direita do rio São Francisco, que foram para o rio dos Cochos movidos pela frente de exploração de carvão dos anos 1980, expulsos pela tomada de terras que marcou todo o Norte de Minas na mesma época ou buscando brejos para *botar* lavouras.

Nesta, como em tantas outras regiões de agricultura familiar, o acesso à terra acontece principalmente por meio da herança, e com o fechamento da fronteira agrícola nas últimas décadas as oportunidades de compras se tornaram raras, porque os herdeiros tendem a vender para seus próprios irmãos ou cunhados. Fica difícil adquirir terra fora das relações familiares, e isso é algo excepcional, demorado, necessita planejamento e também disposição para pagar preços relativamente elevados. Exigirá do comprador o cálculo rigoroso do uso dos recursos naturais que dispõe e grande senso de oportunidade para adquirir gleba próxima ou que se some àquela que já possui ou que herdou.⁵

Os domicílios rurais da região dos Cochos abrigam em média 4 pessoas, e em todos se registra emigração: um filho ou filha, pelo menos, já emigrou definitivamente. Esse fluxo emigratório já foi direcionado para a capital de São Paulo nos anos 1960/1970, e depois dos anos 1970/1980 se orientou para Brasília, DF. Nesses destinos, os migrantes refazem a comunidade de origem, e se apoiam uns nos outros para resolver assuntos como moradia, emprego e qualificação profissional. Esses emigrantes ingressam no mercado de trabalho urbano geralmente pela indústria da construção civil e serviços gerais, e dada a alta rotatividade do trabalho urbano os agricultores costumam às vezes trabalhar sazonalmente nas cidades. As mulheres também emigram para ocupar ofícios urbanos, mas só o fazem depois que os homens da família se estabeleceram nas cidades. Como a ocupação da terra nos gerais do São Francisco remonta ao século XVIII, a possibilidade de partilha dos sítios já chegou quase ao limite e, desde os anos 1980, quando a fronteira agrícola do norte mineiro se fechou, a continuidade da fragmentação da terra só pode acontecer se for associada à emigração constante de herdeiros potenciais para ofícios urbanos.

Mas como a distribuição dos recursos naturais pelo espaço é desigual, em algumas áreas a condição de produção já quase está liquidada, em outras a agricultura e inclusive o regadio continuam persistindo, e noutras os recursos ainda existem, mas as agências de conservação fazem um contro-

le mais estrito sobre o uso das terras e das águas – isso ocorre principalmente na cabeceira das veredas. Naqueles locais em que a exploração agrícola está reduzida a limites tais que dificilmente asseguram a sobrevivência da família, ocorre de grande parte de seus primitivos habitantes já terem se mudado, ou então permanecem na terra geralmente os mais idosos, cujo sustento vem mais das transferências de recursos públicos que propriamente da produção agrícola.

Na região do rio dos Cochos, como em quase todas as áreas rurais do norte mineiro, os programas de transferências governamentais cumprem papel importante na composição das receitas familiares: aposentadorias e pensões respondem pela maioria da receita de 47% das famílias; Bolsa-Família representa a maior parte da renda para 6% delas. Mas transferências públicas atendem a maioria das famílias, mesmo que não representem a principal fonte de renda, e 92% das famílias recebem algum tipo de transferência, que pode ser parte menor de renda, mas sempre será parte significativa e, sobretudo, parte estável do sustento familiar. As rendas vêm ainda de serviços privados e públicos, ou do assalariamento rural. Mas apesar das receitas muitas das vezes virem de fundos públicos, essas famílias rurais se definem, sobretudo como agricultoras, e é por isso que as lavouras têm uma destacada importância nas falas, nos costumes, e no trabalho cotidiano.

Assim, com maior ou menor facilidade de acesso à terra, com mais ou menos recursos naturais, com áreas menores ou discretamente maiores, dois terços das famílias de moradores das margens do rio dos Cochos exploram mais ou menos intensamente suas terras próprias, quase sempre adquiridas por herança. Nas áreas de terras mais férteis de matas, de acesso mais regulado, maior número de famílias rurais não vive em terras próprias e se definem como agregados, posseiros ou moradores de favor em terras cedidas por parentes, geralmente pais ou avós.

Mas sendo sítiantes, posseiros, herdeiros ou moradores de favor, compartilham posição equivalente em relação à regularização da terra: raramente dispõem dos documentos que formalizam o domínio, como escritura e registro em cartório. A documentação do domínio quase sempre é precária do ponto de vista formal, mas muito consistente do ponto de vista costumeiro, pois a tradição do acesso e uso sedimenta o direito de herança sobre aquela terra que vem dos *maiores* ou que foi comprada de herdeiros de antigos posseiros. O direito costumeiro os habilita a explorar a terra, mas nem sempre

5 Sobre herança e partilha de terras, consultar Moura (1978) e Galizoni (2007).

garante acesso a créditos, porque falta formalização. Esse, porém, não é o principal inconveniente do domínio precário. O principal deles já passou, foi a tomada de terras comuns contíguas aos sítios feita pelas agropecuárias nos anos 1970/1980; para o futuro, a grande ameaça é a ampliação das áreas públicas de conservação.

Entre os agricultores do rio dos Cochos raramente o tamanho dos terrenos ultrapassa 20 hectares: 44% deles dominam menos de 10 hectares; 15% entre 11 e 20 hectares, o que indica que 59% dos sítios dispõem de menos de 20 hectares; 12% ficam entre 20 e 50 hectares. O módulo fiscal da região fica em 65 hectares, e assim 71% dos sítios dispõem de menos que um módulo e, tecnicamente, dispõem de condições insuficientes para produção. Entre eles, 29% dispõem de terrenos acima de 50 hectares, distribuídos harmoniosamente entre os diversos agroambientes.

Nas terras úmidas de cultura e nas meias-culturas dos sítios os agricultores plantam mantimentos e frutas que formam o básico alimentar: mandioca, *feijão de arranca* (feijão comum, vulgar), *feijão de corda*, andu, quiabo, milho, banana, coco, cana, laranja, limão, moranga, sorgo, abóbora, melancia. Plantam também nas terras mistas dos *tabuleiros*, nas terras férteis dos *capões*, na mata e no brejo. As culturas de ciclo mais longo são plantadas no tempo das chuvas, de novembro a abril; feijão e cultivos de ciclo curto são plantados de abril a julho, aproveitando o *fim das chuvas* e – quando podem – a umidade do brejo que garante produção sem os sobressaltos da falta de chuva.

Ao contrário do que se imagina, o período de maior abundância de alimentos para esses lavradores é a estação seca: é quando as lavouras de sequeiro estão produzindo, e depois vem a produção das lavouras plantadas no brejo, e, ainda, é a época em que os cultivos perenes e semiperenes de sequeiro – mandioca, frutas – são beneficiados. Além disso, todas as famílias fazem hortas na estação da seca, e as irrigam com mangueira ou regador, usando água do rio, da cisterna ou do poço tubular.

As famílias que vivem nas terras menos embrejadas e/ou mais secas das cabeceiras de veredas dispõem de áreas menores para cultivo no brejo. Ao mesmo tempo, contam com maiores áreas de coleta de recursos florestais e quase sempre com maiores áreas para soltas de animais. Então, são estes agricultores familiares que mais frequentemente coletam, beneficiam e comercializam recursos da natureza. Assim, ao longo do curso do rio, é possível associar atividades com possibilidades, e no rio dos Cochos as famílias que vivem nas cabe-

ceiras extraem mais recursos da natureza, aquelas que vivem na faixa de transição entre gerais e mata seca combinam extração com plantio, beneficiamento e comercialização de produtos da indústria doméstica rural, derivados da mandioca e da cana-de-açúcar. Por fim, as famílias da mata se arrimam na criação de gado nas terras fortes de cultura.

Desde fins da década de 1990 as águas do rio foram minguando até chegar ao ponto que não é possível mais plantar com regadio. Na região de mata, mais baixa e onde o curso do rio é mais aberto, os agricultores desviavam – ou *tiravam* – o curso de água e faziam do regadio nas baixadas um meio para produzir alimentos durante quase todo o ano. Quando o fluxo do rio foi diminuindo, as disputas entre agricultores foram atizadas com as suspeitas de retenção ou de uso excessivo, depois a água minguou definitivamente e o rio passou a correr apenas no tempo das chuvas, mantendo curso somente até o mês de março, no máximo abril, em alguns anos de precipitação excepcionalmente elevada. Ao mesmo tempo, as agências ambientais chegaram, cerceando o uso de veredas e o consumo costumeiro das águas no sistema costumeiro.

As famílias rurais de rio-acima da comunidade Sambaíba, área somente de gerais, também costumavam plantar mais no tempo da seca, só que o faziam dentro da vereda. Mas na última década o crescimento das restrições ambientais e da fiscalização por parte de agências públicas, o recurso às multas e interdições, praticamente liquidou essa possibilidade de produção, e assim o plantio ficou reduzido ao autoconsumo nas poucas áreas frescas próximas às veredas. Dessa maneira, as diferenças entre agroambientes configuravam uma relativa diversidade de sistemas de produção naquela reduzida área de 300 quilômetros quadrados, distribuídos por pouco mais de 20 quilômetros ao longo do rio. Depois do secamento do rio, agricultores familiares de todas as áreas, sem distinção, tiveram que buscar outros meios de produção e sustento. Foram pressionados a esta busca em parte pelo monopólio que as firmas estabeleceram nas terras de soltas, em parte pelo próprio esgotamento das águas, e em parte pelo rigor da fiscalização das agências públicas.

4 Escolhas

Quase todo o rio dos Cochos, da cabeceira até a barra, está cercado por gerais, as grandes chapadas comuns que nos anos 1970 foram consideradas terras devolutas, e em sua maior parte medidas, negociadas e privatizadas por firmas de plantação de eucalipto, produtoras de carvão vegetal e fazendas de criação de gado. Nos anos 1990

muitos desses empreendimentos faliram ou saíram do ramo, em consequência de problemas de gestão ou insuficiência de produção, pela inadequação ao meio ou por conta da crise fiscal. Empresas e empreendedores se retiraram, e o imenso passivo em terras degradadas foi parcialmente assumido por agências públicas, que criaram parques e áreas protegidas por um lado; por outro, estabeleceram normas rigorosas para uso dos recursos naturais pela população tradicional (FUNATURA, 2008; RIBEIRO, 2010).

A conservação dos recursos foi imposta aos agricultores da região com a mesma força da modernização agrícola que a precedera: deslocamentos de população, revisão das normas de usos e espaços rurais, estrangulamentos da produção tradicional, multas e proposição de novos sistemas de produção. Parte dos agricultores familiares da região foi deslocada para a instalação de parques, casos do Grande Sertão e Peruaçu, e aqueles que permaneceram foram induzidos a adotar novas práticas de manejo da terra e dos recursos. O acesso aos campos como área de pastejo foi restringido, ficou proibido plantar nas veredas e foram criadas restrições para uso das áreas úmidas. Estas restrições às práticas costumeiras atingem uma escala espacial considerável: na margem esquerda do rio São Francisco é limitada pelos rios Urucuia a sudoeste, São Francisco ao sul, Carinhanha a leste e norte, compreendendo aproximadamente 4 milhões de hectares, dos quais perto de 30% se converteram em áreas de conservação: 1,2 milhão de hectares (FUNATURA, 2008).

Nesse cenário, as alternativas produtivas dos agricultores familiares da região passaram a ser delimitadas por novos parâmetros, dados por um lado pelo esgotamento de recursos resultante da pressão do consumo, pela modernização produtiva instituída pelas firmas e pelas práticas costumeiras; por outro lado, são determinadas pela expansão das áreas de conservação e pelas normas impostas por agências ambientais. Assim, os sistemas produtivos tradicionais deveriam passar por processos de reconversão, incorporando metas ditas "sustentáveis": o agroextrativismo sustentável, a pecuária de baixo impacto, os sistemas agroflorestais combinados ao aproveitamento dos frutos de gerais, a busca de mercados solidários e cooperativos.⁶

Essa mudança, evidentemente, é necessária para conservar recursos naturais e, sobretudo, hídricos. Desde meados da década de 1980 se

tornaram conhecidas as iniciativas de produção adaptada dos povos da floresta, do cerrado e da caatinga, que têm como escopo resolver os dilemas criados pela necessidade de produzir, conservar recursos, gerar renda, incorporar e valorizar os costumes locais de manejo dos recursos comuns. A uma primeira vista, a proposta do agroextrativismo parece muito viável e, até, relativamente simples de ser implantada. Os produtos do extrativismo podem gerar rendas, consomem relativamente pouca água quando comparados, por exemplo, com lavoura e pecuária, conservam a vegetação em pé, demandam pouco trabalho e contribuem para a continuidade da produção da água para os rios. Mas reverter as práticas costumeiras de agricultores familiares implica mudanças complexas: carece introduzir inovações técnicas no processamento, regular os sistemas de coleta, ampliar as escalas de exploração, conquistar novos mercados, criar e sedimentar marcas próprias.

Para fazer frente à nova necessidade de produzir conservando, os agricultores do rio dos Cochos se organizaram em associação. Com esta, se fortaleceram, ganharam condição de captar projetos, formar parcerias e buscar o apoio necessário para enfrentar seus dilemas produtivos e ambientais. Ao longo da primeira década do século XXI conseguiram estabelecer parcerias com agências religiosas, governamentais e da sociedade civil; junto com os parceiros, acessaram, pelo menos, 10 projetos relacionados à produção e conservação que abarcam uma grande diversidade de temas: conservação de solos, conservação de mata ciliar, capacitação para agroindustrialização, produção sistemática de frutos nativos, adequação de estradas, adequação de sistemas de produção, apicultura, meliponicultura, conservação de água e recursos, criação de pequenos animais, economia solidária, comercialização, entre outros. Ao longo de 10 anos o conjunto de projetos conduzidos para a sub-bacia alcançou o montante de US\$ 1 milhão, compreendendo a experimentação de grande parte das soluções conhecidas e propostas por agências de extensão e desenvolvimento rural, para a produção considerada sustentável.

Mesmo assim, fazer a transição para a produção conservacionista não parece ter sido tarefa fácil; fazer o rio voltar a correr com regularidade, menos fácil ainda. Pesa, para avançar nessa trajetória, desde a ampla gama de questões que se relacionam com produção e sustentabilidade até a dinâmica dos acordos políticos, a relação dos costumes locais com o extrativismo, as dificuldades para instituir o manejo extrativista e a entrada nos nichos de mercados, como tem sido ponderado por

6 Sobre sistemas produtivos sustentáveis, consultar Funatura (2008) e Gleissman (2009); sobre mercados solidários para a agricultura familiar, consultar Maluf (2004) e Wilkinson (2008).

diversos autores, como, por exemplo, John Wilkinson e Renato Maluf. Essas dificuldades, sem dúvida, são mais destacadas pelos agricultores, são mais sentidas e, no correr da segunda década do século XXI, seguramente recebem o maior conjunto de esforços para assegurar a reconversão produtiva. Embora seja tudo parte de um sistema integrado, a entrada nos mercados tem demandado mais atenção que a própria produção, a capacitação de produtores e a consolidação do associativismo de agricultores familiares.

Neste caso, em particular, o agroextrativismo enfrenta grandes dificuldades.

A primeira dificuldade para adotar o extrativismo como sistema de produção e fonte de rendas é o fundamento ético associado à concepção de trabalho e à centralidade deste conceito na dinâmica produtiva da família rural. Os agricultores generalistas são guiados por uma concepção de trabalho que orienta as trocas entre indivíduo, natureza e mercados. Trabalho está associado à ideia de esforço, transformação da natureza e agregação de valor, e representa mais que um componente físico ou estritamente econômico da produção: é um dispêndio que dá sentido às relações de troca, fundamenta as relações das coisas com as pessoas e das pessoas com as coisas, formando a base de direitos para definir o domínio, garantir a produção e a própria condição de pessoa. Nessa, como em outras sociedades camponesas, trabalho é o requisito essencial para garantir o acesso à terra adquirida por posse ou herança (MOURA, 1978; HEREDIA, 1979; MARTINS, 1981), é o trabalho que fundamenta a construção do gênero (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997), e o trabalho é o componente que estrutura as relações entre agricultores, bens, recursos e pessoas (GALIZONI, 2007). O produto deve ser originário do trabalho ou equiparável a trabalho para ser validado como bem.

Por isso, as iniciativas de exploração do agroextrativismo enfrentam duas barreiras culturais. Primeiro porque os frutos dos gerais não foram plantados, e, portanto, **não materializam trabalho humano. Segundo porque há uma identificação histórica entre profissionalização no extrativismo e situação de penúria, pois o agricultor que vive exclusivamente da coleta ao mesmo tempo nega a condição de cultivador e explicita para a coletividade sua incapacidade para produzir seus próprios alimentos. Além disso, por viver de coleta, retira mais bens do fundo comum da natureza, subtraindo para benefício exclusivo uma parcela maior dos recursos**

– mesmo que sejam recursos que produzidos em fluxos, como os frutos nativos – que são considerados dádiva para a coletividade.

Isso parece contraditório com o fato desses agricultores serem consumidores de produtos da coleta. Mas não é. O extrativismo ocupa um espaço destacado na cultura material e alimentar da população dos gerais, que lida *há décadas com derivados do buriti e do pequi, consome frutos como cajuzinho, panã, maracujá nativo, coquinho azedo, murici, araçá, coco-cabeçudo e pinha do mato*, usa dezenas de plantas com finalidades medicinais, como barbatimão, pacari, grão-de-galo, cidreira, picão, alecrim, sucupira, jatobá, favela e sassafrás, entre outras. Todos são regularmente colhidos, consumidos, valorizados. Mas enfrentam grande dificuldade cultural para se transformar em mercadorias porque, embora sejam importantes por garantir segurança e soberania alimentar, há na perspectiva dos agricultores uma grande distância entre o costume alimentar e a transformação desses produtos em bens negociáveis. Produtos da coleta são considerados dádivas da natureza, associados fundamentalmente ao consumo eventual e sazonal; a coleta é identificada com lazer, o extrativismo é associado às atividades de crianças e mulheres em situações de ócio. A dependência de produtos do extrativismo acontece somente em situações de escassez, quando não é possível trabalhar e retirar o sustento da lavoura, nas situações em que há impossibilidade de produção, que às vezes atinge uma família e a torna dependente não do seu próprio trabalho, mas daquilo que a natureza pode prover. Assim, o extrativismo esbarra nesse primeiro filtro ético da agricultura familiar.

O segundo problema do extrativismo está ligado ao processo produtivo. Quando acontece de um fruto nativo conseguir preço no mercado, acaba por mobilizar forças que nada têm a ver com o consumo familiar e que por isso driblam os sistemas costumeiros de controle de consumo dos recursos. Isso ocorre com alguns produtos que têm demanda firme e produção independente dos moradores do rio dos Cochos, como é o caso do pequi. Nos anos em que o fruto escasseia e alcança bons preços, a colheita costuma ser marcada por dois movimentos. De um lado, ocorre a “privatização” de áreas de coleta dos frutos, pois os titulares do domínio das terras onde ficam as árvores passam a estipular formas de partilhar o benefício da colheita. De outro lado, o consumo se torna excessivo, o que leva coletadores a disputar os frutos das melhores cepas, superexplorando as áreas que produzem os frutos mais *carudos* e de melhor sabor. No limite, as normas costumeiras são insuficientes para organizar a

coleta, e isso conduz ao esgotamento das melhores matrizes, à escassez e à permanência e reprodução nas chapadas das fruteiras de menor valor genético. O mesmo tende a ocorrer com a fava-danta ou favela, um produto que passa por outro tipo de mediação, menos tradicional e mais mercantil, e que também é originária dos gerais. Neste caso, a elevação de preço na época da colheita tem levado comunidades rurais a explorar em excesso a planta e a “fechar” o acesso livre de agricultores *de fora* às áreas comuns, que se tornam comuns em sentidos cada vez mais restritos.

Assim, aqueles produtos que escapam dos filtros culturais às vezes passam para situações que configuram o oposto. Ganham a equivalência em dinheiro que seria necessária para estruturar um mercado para a produção extrativista, mas ao custo do sacrifício das normas costumeiras e da ação cooperativa, desandando no consumo excessivo e/ou na privatização. Isso não é de forma alguma desejável para a organização dos agricultores e para os mediadores empenhados na construção de novos mercados, e sequer para o caráter sustentável que anima os projetos de reconversão produtiva.

Por fim, o terceiro entrave é a entrada de produtos do extrativismo nos mercados. Relações de agricultores familiares tradicionais com mercados costumam ser muito complexas. São relações parciais, descontínuas, marcadas por particularidades culturais que às vezes ultrapassam a dimensão puramente mercantil (GARCIA Jr., 1983; SCHRÖDER, 2004; MALUF, 2004; RIBEIRO; GALIZONI, 2007). As influências de organizações mediadoras, por melhor aparelhadas que sejam, nem sempre conseguem sedimentar redes de negócios que integrem produção, beneficiamento e comercialização. Às vezes, os agricultores fazem grande esforço apenas para garantir a produção e, mesmo assim, continuam tendo dificuldades para alcançar qualidade, redução de custos, economias de escala e consolidação de marcas próprias e viáveis. Noutras vezes, a agregação de valor pelo beneficiamento constrói o diferencial e qualifica o produto; mas o produto só se transformará em mercadoria e dinheiro se entrar no mercado específico que valoriza as qualidades especiais e as características de origem, e neste ponto começa outra história de esforços, sacrifícios e prejuízos.

Assim, apesar dos muitos esforços de organização da produção e da comercialização, os resultados ainda são muito modestos. E isso não decorre da ausência de organização própria ou de agências de mediação – associação, or-

ganizações de apoio, fundos de crédito rotativo, extensão rural, contatos para negócios –, mas principalmente de dificuldades para valorizar culturalmente o produto, normatizar a coleta e transformar o produto em mercadoria regular. Dessa forma, a instituição de produção extrativista sustentável depende de caminhos que vão além da produção e são muito mais longos e tortuosos do que parecem ser a uma primeira vista.

Refletindo sobre os mercados que esses produtores podem acessar no seu esforço de reconversão, é preciso compreender que, mais que específicos, são embrionários. E dependem muito da característica local, não só das características da agricultura familiar, mas também das características próprias da economia do território, das pequenas redes de negócios, da acessibilidade a pontos de venda. A mediação que as organizações de agricultores consegue criar proporciona diferenciais em termos de qualidade, de organização autônoma, de sondagem de mercados, de acessos a financiamentos e de capacitação dos produtores. Mas os mercados para esses produtos, conforme notou Renato Maluf (2004), ainda precisam ser construídos, e estão em construção. Ainda será necessário articular poder público, sociedade civil organizada e agricultura familiar para estabelecer alianças viáveis que garantam a conversão desses produtos do extrativismo em mercadorias.

5 Algumas ponderações sobre o particular e o geral

Evidentemente, a experiência desses agricultores familiares dos gerais é específica. São regime agrário e sistemas produtivos muito peculiares, sua capacidade de auto-organização e de construção de parcerias encontra poucos paralelos no campo, contam com apoio de agências de mediação que não estão presentes em todo o rural brasileiro, e acumularam experiências sólidas de condução de iniciativas de produção sustentável e conservação de recursos. No entanto, sua trajetória de atuação passou por atividades, projetos e iniciativas que abrangem todo o conjunto de técnicas e programas disponíveis nas agências de desenvolvimento rural. O agroextrativismo, a comercialização conjunta, os negócios na proximidade, a capacitação para o beneficiamento, o sistema agroflorestal, a apicultura, entre outros, são alternativas sempre consideradas quando se trata de pensar, na agricultura familiar, a produção junto com a conservação. A população do rio dos Cochos vivenciou na prática esse conjunto de alternativas, que naturalmente foi adequado ao local pelo seu próprio filtro cultural.

É neste sentido que a experiência desses agricultores familiares ganha um sentido geral. No Semiárido brasileiro existiam, segundo estimativa feita no ano 2000, algo em torno de 10.000 rios, córregos e veredas secos ou em fase de secamento (LUZ; DAYRELL, 2000). Pensar na revitalização desses corpos de água, principalmente na porção mais ao sul, a porção mais úmida do Semiárido, ainda é vital para grande parte dessa população rural que é abastecida, limitada e sazonalmente, por poços tubulares, poços artesianos e caminhões-pipa; água corrente é um bem insubstituível para esses agricultores, inclusive para a manutenção da sua autonomia produtiva, econômica e alimentar. E, sempre que se pensa em revitalização, a receita passa necessariamente pela orquestração entre produção e conservação, e isso exige tanto empenho no engajamento da população por meio de ações de sensibilização quanto a construção de iniciativas produtivas de baixo impacto ambiental que venham assegurar a produção num cenário conservacionista.

Desse modo, as experiências vividas pelos lavradores dos gerais mineiros contêm lições que ultrapassam o lugar e abrem um leque de oportunidades para reflexão, que passa por mobilização, formação de lideranças, fortalecimento de organizações locais, educação contextualizada, empoderamento, produção sustentável, mercados justos, marcas, indicação geográfica, qualidade... Acontece que essas experiências sociais têm um custo. Boa parte deste custo não pode ser medido, pois são horas de dedicação comunitária, de labuta e experimentação, de maturação da capacidade de organização, enfim, de investimento social de agricultores familiares. Mas, limitadamente, pode ser estimado em termos de custos de projetos e investimentos, e um levantamento parcial revela que o conjunto de iniciativas do rio dos Cochos custou, ao longo de 10 anos, perto de US\$ 1 milhão. É apenas um rio dos gerais, que atendia 300 famílias rurais, drenava 12 quilômetros e alimentava o São Francisco. Pequeno mas único, como o são todos os rios e córregos.

A expansão dos custos dessa experiência para o conjunto do Semiárido revela o tamanho do investimento necessário para pensar em revitalização. E, quase que diretamente, os custos da revitalização levam a pensar sobre os ganhos modestos que foram obtidos na destruição: alguns milhares de metros cúbicos de carvão vegetal, um frustrado plantio de eucalipto, alguns bois engordados... Mas é preciso esclarecer que 10 anos de investimentos não asseguram a reparação do estrago feito pelas

firmas, nem o retorno pleno das águas; asseguram apenas que a população terá uma sensibilidade mais aguçada para os corpos de água que usa e uma experiência acumulada em buscar nichos de mercado. Este, como diria Fernando Pessoa, é “o ponto onde estamos”: com uma perspectiva de enormes gastos para pensar na conservação de recursos, e sem a perspectiva que estes gastos conduzam a resultados sólidos em prazos medidos em gerações humanas.

Por outro lado, um velho ditado afirma que «Deus mora nos detalhes», e um grande rio é feito pelos pequenos tributários que o alimentam. Assim, talvez seja preciso pensar em encontrar o equilíbrio entre produção e conservação da natureza, e para isso o particular deve se encontrar com o geral.

Qual a alternativa a estes investimentos? Pensando em termos de geração de energia ou de transposição do rio São Francisco, pensando em termos de permanência de populações no meio rural, os custos com programas emergenciais como caminhões-pipas e poços tubulares não seriam igualmente tão grandiosos e com efeitos igualmente minúsculos? E, infelizmente, muito mais abertos à troca de favores e ao varejo político. Enfim, essa experiência revela que é necessário refletir sobre os custos para se ter acesso à água como um direito e um patrimônio dos brasileiros, como um bem comum.

Agradecimentos

As pesquisas que originaram este artigo foram apoiadas pelo CNPq, pela Fapemig e pela Cáritas Diocesana de Januária.

Referências

- BRANDÃO, C. R. Saber de classe e educação popular. In: _____. **O ardil da ordem**. Campinas: Papirus, 1986.
- BURTON, R. **Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.
- CARDOSO, V. L. À margem da história do Brasil. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1979.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- COELHO, M. A. T. **Os descaminhos do São Francisco**. São Paulo: Paz & Terra, 2005.
- FUNATURA. Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu; Plano de desenvolvimento territorial de base conservacionista. Brasília: Funatura, 2008.

- GALIZONI, F. M. **A terra construída**. Fortaleza: BNB, 2007.
- GALIZONI, F. M. Águas da vida: população rural, cultura e água em Minas Gerais. 2005. 198f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)– Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- GARCIA JÚNIOR, A. R. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- GOMES, M. A. O; SOUZA, A. V. A; CARVALHO, R. S. Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) como mitigador de impactos socio-econômicos em empreendimentos agropecuários. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 21, n. 202, jan./fev., 2000.
- HEREDIA, B. M. **A morada da vida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LACERDA, C. **O rio São Francisco: desafio e promessa**. Rio de Janeiro: Record, 1964.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LOPES, L. **O vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: Ministério da Viação e Obras Públicas, 1955.
- LUZ, C.; DAYRELL, C. **Cerrado e desenvolvimento**. Montes Claros: CAA, 2000.
- MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, abr. 2004.
- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MOURA, M. M. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- NABUCO, M. R.; LEMOS, M. B. **A rota do capital agrícola em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1988.
- POSEY, D. A. Manejo de florestas secundárias. In: RIBEIRO, B. **Suma Etnológica Brasileira**. 2. ed. Petrópolis: Vozes; Finep, 1987. v. 1. Etnobiologia.
- RIBEIRO, E. M. (Org.). **Histórias dos gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. A arte da catira: negócios e reprodução familiar de sítiantes mineiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 64, 2007.
- _____. Quatro histórias de terras perdidas: modernização agrária e privatização de campos comuns em Minas Gerais. **Revista de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, 2007.
- SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.
- SAMPAIO, T. **O rio São Francisco e a Chapada Diamantina**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- SCHRÖDER, M. As demandas financeiras dos agricultores do sertão do Pajeú. In: ABRAMOVAY, R. **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: AnnaBlume; Fapesp, 2004.
- SPIX, J. B.; MARTIUS, C. F. P von. **Viagem pelo Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
- WILKINSON, J. **Mercado, redes e valores**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- WOLF, E. R. **Sociedades camponesas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**. Brasília: UnB, 1997.